

ACTA

DATA DA SESSÃO: 14 de Abril de 2007-----

LOCAL DA REUNIÃO: Salão Nobre da Junta de Freguesia -----

PRESIDIU: A Presidente da Assembleia de Freguesia-----

PRESENÇAS:-----

Partido Social Democrata-----

-- Felisbela da Conceição Ferreira Mendes de Freitas- Presente.-----

-- Vitor Manuel Moreira Martins- Presente.-----

-- Francisco José Gomes Correia- Presente-----

-- Rui Miguel Leal Pinheiro- Presente-----

-- Manuel Joaquim Ferreira Monteiro- Presente.-----

-- Rui Miguel Oliveira Pedrosa Batista - Presente-----

-- Sebastião António Gomes Alves.- Presente.-----

-- João Adilio Pinheiro Monteiro – Presente.-----

--Partido Socialista:-----

-- Nuno Francisco Lopes Certo- Presente -----

-- João Nuno Máximo Pedrosa- Faltou.-----

-- Maria Helena Teixeira Miguel- Presente-----

-- António Couto Carvalho- Presente.-----

-- Bernardino Certo Alves Pinheiro- Presente.-----

HORA DO INÍCIO DA REUNIÃO: 15,00 horas -----

HORA DO ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: 18,30 horas-----

No dia catorze do mês de Abril do ano de dois mil e sete, pelas quinze, no Salão Nobre da Junta de Freguesia, estando ausente o deputado João Nuno Máximo Pedrosa, que justificou a sua falta, reuniu em sessão ordinária esta Assembleia de Freguesia, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1 – Informações do Executivo;-----
- 2– Regulamento do Cemitério;-----
- 3 –Conta de Gerência de 2006;-----
- 4 – Inventário;-----

-- Iniciada a sessão foi posta à consideração a acta da sessão anterior. A deputada Helena Miguel teceu algumas considerações em jeito de reparo dizendo que as actas devem ser um resumo do que na Assembleia se passou de essencial, e que as actas desta Assembleia parecem servir mais para branquear que para registar. No entanto, vota a favor desta acta porque acha mais importante o que se vive nestas reuniões do que propriamente o que vai ficar arquivado. -----

-- A Presidente da Assembleia disse que, na verdade, as actas devem ser uma síntese do que realmente se passou, mas que esta acta não difere em nada das que sempre se fizeram e que foram votadas favoravelmente inclusive por esta Assembleia. Posta à votação, esta acta foi aprovada por unanimidade. -- De seguida, a Presidente da Assembleia informou da suspensão do mandato do deputado José Manuel Pinheiro Machado, pelo período de cento e vinte dias, por razões pessoais. Em sua substituição tomou posse Rui Miguel Leal Pinheiro-----

-- Quanto a expediente informou que não foi recebida qualquer resposta, do Presidente da Câmara Municipal, aos ofícios enviados no seguimento da reunião anterior, referentes nomeadamente ao pedido de reunião e à nomeação do representante da Assembleia para o Conselho Consultivo do Centro Cultural de Vila das Aves.-----

-- Passou-se ao período de antes da ordem do dia. -----

-- O deputado Rui Batista começou por alertar para o buraco existente na Rua da Visitação que, apesar da placa lá colocada e de ter aparecido na SIC, continua a existir, agora tapado com tábuas. Comparou-o ao “buraco” do concelho em que nos encontramos. Seguidamente, referiu-se à correspondência que tinha chegado a casa dos avenses, dias antes, e questionou o facto de juntamente com o Boletim Informativo da Câmara Municipal ser distribuído um infomail anónimo intitulado “Diálogos do Sr. Pinto”. Disse, ainda, que na Quinta do Verdeal se pode ver um monte de lixo e

saneamento a céu aberto, mas que os trabalhos que são referidos naquele Boletim não existem.-----

-- Quanto ao Cemitério, lamentou que tivesse sido preciso que se ocupasse a última sepultura disponível para que arrancassem as obras, congratulando-se, no entanto, com o início das mesmas, as quais, em seu entender, surgiram na sequência dos cartazes colocados a chamar a atenção para o facto. -----

-- A deputada Helena Miguel disse que o Cemitério é um problema que toca a todos e, conseqüentemente, também a sua resolução deverá tocar a todos e que sobre este assunto, muitas dúvidas persistem sobre as responsabilidades da Câmara e o desempenho da Junta para resolver o problema em tempo útil. -----

-- Em sua opinião, existiu uma gestão algo deficitária do escasso espaço disponível o que levou à situação actual. Questionou sobre o que aconteceu às 35 sepulturas cuja suspensão de concessão foi deliberada em Assembleia de Freguesia de 13 de Novembro de 2004-----

-- O deputado Bernardino Certo disse que a Junta de Freguesia, no seu Comunicado emitido em Março tentou, uma vez mais, envenenar a população a respeito da gestão do cemitério e afirmou que a Câmara Municipal não quer, nem nunca quis, gerir o cemitério. A gestão ficará sempre a cargo da Junta de Freguesia, bem como a concessão das sepulturas. O Presidente da Câmara apenas pretende que seja assinado um protocolo com regras claras e iguais para todos. Disse que ainda existem espaços livres no cemitério como puderam verificar os técnicos da Câmara Municipal, e que o cemitério é um espaço exclusivo para enterramentos e não para jardins e hortos; e que, aliás o Sr. Presidente da Junta não contesta a existência dessas sepulturas, tendo já afirmado que existem ainda duas alternativas. Disse ainda que, o Sr. Presidente da Junta utilizou, no Editorial do Boletim Informativo, um extracto de uma entrevista, ao jornal Record, do Presidente da Direcção do Clube Desportivo das Aves completamente fora do contexto, mas que o mesmo, em carta dirigida ao Presidente da Câmara já contestou e mostrou o seu desacordo (nesta altura o deputado Bernardino Certo fez a leitura da carta). -----

-- O deputado Francisco Correia confessou estar com dificuldade em falar, porque entende que fazer política à custa dos mortos é mais do que desrespeito, é uma blasfémia. -----

-- Em resposta ao Sr. Bernardino Certo, disse que não percebia quais eram as suas dúvidas, já que quem lhe forneceu as informações com as quais abriu esta Assembleia, anda a negar-se a reunir com os membros desta Assembleia; e que é em sede de trabalho

que se discutem os problemas e não indo para os jornais. Assim, é natural que surjam dúvidas. Acrescentou que a Junta anda a fazer diligências no sentido de possibilitar a utilização de algumas sepulturas, mas que não se pense em inventar lugares para enterramentos junto aos WC.-----

-- O Presidente da Junta começou por dizer que é do conhecimento de todos que, desde a primeira hora, já no anterior executivo, se vem debatendo este problema do cemitério, como comprovam actas, boletins, jornais; que de verdades e mentiras tem vivido a nossa Vila e prova disso é processo do “mentiroso”, o qual acabou sendo dada razão ao Presidente da Junta. Respondendo à deputada Helena Miguel, informou que se alguém vendeu terrenos no cemitério sem enterramento foi a Junta PS, nunca este ou o anterior executivo vendeu uma sepultura sem enterramento; quanto às 35 que ficaram para reserva: nenhuma pode, neste momento, ser utilizada; quanto ao Protocolo apresentado pela Câmara: nunca o executivo disse a ninguém que não o assinaria, mas simplesmente não se assinou um protocolo de uma coisa que ainda não existe. Disse ainda que acha estranho que os deputados do PS tenham conhecimento de ofícios e da visita dos técnicos da Câmara e que estes tenham andado no cemitério a tirar apontamentos sem qualquer conhecimento prévio da Junta de Freguesia. Afirmou que o objectivo destas visitas dos técnicos é só mostrar que o Sr. Presidente da Câmara está muito preocupado com o assunto e quer resolver o problema. Informou, então, que a Junta de Freguesia está a fazer um estudo das sepulturas abandonadas, mas que este é um trabalho que requer tempo e algumas formalidades. -----

-- Quanto à notícia do Jornal Record, o Presidente da Junta disse estranhar que a mesma tenha dado tanto que falar, uma vez que todos podem comprovar que ela existiu e que não foi publicado nenhum desmentido dessa notícia. -----

-- O vogal Joaquim Carneiro confessou-se cansado, muito baralhado com tudo o que nesta Assembleia tem sido dito sobre o Cemitério; e diz não admitir que o acusem de dizer lá fora coisas diferentes do que aqui disse, assim como não admite que digam que anda a envenenar os avenses. Todo o seu trabalho e o seu esforço tem sido, ao longo de vários anos, desde 2002, para tentar resolver o problema da falta de espaço no cemitério que é uma realidade, ninguém o pode negar, já que as poucas sepulturas da propriedade da Junta não podem ser utilizadas. Disse que os mortos têm todo o seu respeito e não podem ser colocados em qualquer lugar, de qualquer maneira, como aqui foi dito. De todas as conversas que tem tido com a população deduz que a grande maioria tem esta opinião. -----

-- O deputado Bernardino Certo disse que, também ele, tem muito respeito pelo mortos, e que conhece muito bem o cemitério não sendo preciso ser técnico para se ver que ainda há alguns lugares para se poderem fazer sepulturas; e também que não vê nenhum problema na colocação de sepulturas junto ao WC, já que as que estão no Sector da antiga capela mortuária, estão em frente ao WC. Não se pretende com isto desrespeitar os mortos, mas tão-só resolver o problema da falta de espaço. Se existem alternativas devem ser usadas e não dizer que elas não existem pois isto é claramente envenenar as pessoas. -----

-- O Presidente da Junta procedeu à leitura da acta de uma sessão da Assembleia do tempo do anterior executivo em que o Dr. Rui Ribeiro dava o seu acordo à venda das sepulturas. -----

-- Entrou-se de seguida no 1º Ponto da Ordem de Trabalhos – Informações do Executivo – O Presidente da Junta informou que Câmara Municipal não deliberou nenhum subsídio para as Festas Vila, como tem sido hábito nos anos anteriores, e ainda cobrou taxas para a realização das referidas Festas; disse que as mesmas foram um sucesso como habitualmente, apesar dos obstáculos que quiseram impor à Junta; informou que se realizará, de 27 de Abril a 2 de Maio, a visita de uma delegação vinda de Saint-Etienne-Les-Remiremont, no âmbito da Geminação, comemorando os seus 21 anos; que foi renovado o Protocolo com a Segurança Social para a manutenção do Posto de Atendimento na Junta de Freguesia; que foi realizado um Protocolo com o Instituto de Emprego com vista à apresentação quinzenal dos desempregados evitando assim as suas deslocações a Santo Tirso; sobre a Ponte de Caniços, deu conta da informação da Refer que quer agora a comparticipação das autarquias para a passagem a ponte pedonal, comparticipação que orça os 350 mil euros; e sobre os jardins da Estação, disse que devido à demora na assinatura do protocolo previsto para a sua manutenção e os valores agora apresentados serem incomportáveis para o orçamento da Junta de Freguesia, não existe, neste momento, qualquer possibilidade de acordo para esta obra.

--- 2º Ponto da Ordem de Trabalhos - Regulamento do Cemitério.-----

--- O Presidente da Junta apresentou o Regulamento do Cemitério, que se anexa a esta acta (Doc, 1) aprovado em reunião ordinária da Junta de Freguesia de 2 de Abril e explicou que este foi um trabalho, feito com a colaboração da Anafre e que exigiu muito estudo. -----

-- A deputada Helena Miguel sobre este documento teceu algumas considerações e sugeriu algumas alterações nomeadamente ao artº 1ª, 4º, 7º, 37º; 41º; 42º, e 43º. -----

-- O deputado Rui Batista disse que é legítimo que surjam dúvidas e que as mesmas sejam esclarecidas, mas que lhe parecem ridículas algumas das questões que aqui foram colocadas, nomeadamente as que se prendem com questões de português. -----

-- O Presidente da Junta disse que este Regulamento foi definido depois de muita ponderação. Se está centralizado na Junta de Freguesia e no seu Presidente, que é a entidade proprietária do espaço em questão, e porque tudo o que se fizer no Cemitério terá de ter a autorização e o conhecimento prévio desta entidade. Espanta-se por a deputada do PS vir falar em centralidades quando, neste concelho, todo o poder se encontra centrado no Sr. Presidente da Câmara que não delega nada em ninguém; e que não são questões de português que interessam aqui.-----

-- A Presidente da Assembleia disse que está de acordo que compete ao Presidente da Junta resolver as situações mas que a correcção do português é importante. No entanto, como não se põe em causa a essência do documento apresentado, o mesmo foi posto a votação.-----

-- Feita a votação, o mesmo foi aprovado por 8 votos a favor do PSD e 4 votos contra do PS.-----

-- A deputada Helena Miguel apresentou uma declaração de voto, dizendo que votou contra porque as suas observações foram resultado de uma análise cuidada e não podem ser consideradas impertinentes e ridículas. Seria no mínimo de esperar que alguns aspectos fossem corrigidos, não se pode votar favoravelmente um documento que à partida tem aspectos que podem vir a ser mal interpretados e que estão mal redigidos. ---

-- 3º Ponto de Ordem de Trabalhou Conta de Gerência de 2006. -----

-- A Tesoureira da Junta, Elisabete Faria, apresentou a Conta de Gerência de 2006 que se anexa a esta acta (Doc. 2). -----

-- A deputada Helena Miguel disse que já no início do seu mandato, quando foi apresentado o orçamento e depois de ouvidas as queixas do Presidente da Junta, acharam as verbas apresentadas muito inflacionadas, mas como era início de mandato decidiram dar o benefício da dúvida. Passado um ano, conclui que este benefício foi desperdiçado, as verbas inscritas ficaram a menos de metade e, não pondo em causa os esforços feitos, constata-se inabilidade para prever, incapacidade para obter ou gerar receitas e impossibilidade de execução conforme projecto.-----

-- O deputado Rui Batista disse que o que a deputada Helena Miguel acabou de dizer se deve ao que mostra o gráfico anexo a esta acta (Doc. 3), que representa o valor per capita atribuído pela Câmara Municipal às diversas freguesia do concelho e onde se

pode verificar que a última freguesia é Santo Tirso e a penúltima Vila das Aves; que é lógico que se a Câmara só nos envia metade do que precisamos, a execução orçamental se fica pela metade. Pagamos os impostos mais caros das redondezas, temos direito a alguma coisa em troca, mas quando não se ganha nas urnas ganha-se na burocracia na retenção das transferências, no atraso das obras, que ficam para ser inauguradas a dias das eleições. -----

-- Concluiu, alertando para o índice de desenvolvimento do nosso concelho que fica na posição 306 entre 308 concelhos do país. É pena que os colegas do PS não reconheçam que os males da freguesia não estão única e exclusivamente na Junta de Freguesia da mesma forma que nós reconhecemos que os males da freguesia não estão única e exclusivamente no Presidente da Câmara, mas que grande parte desses males estão na sua gestão. Terminou questionando se valerá a pena gastar papel a fazer um PPI. -----

-- O deputado Bernardino Certo retorquiu dizendo que o deputado Rui deveria ter dito que o mapa representa apenas as transferências directas e não os investimentos que a Câmara faz directamente em cada freguesia. Quanto à Conta de Gerência, já na altura em que foi apresentado o Plano e Orçamento para 2006, teceu vários reparos e disse que o mesmo foi feito sem rigor que assentava em pressupostos errados e com verbas virtuais. Nessa altura, afirmaram que o mesmo era exequível e realista, por isso o aprovaram. Verifica que se a Junta recebeu apenas 43% do que se propôs, do PPI, executou só 6% do proposto. -----

-- O deputado Rui Batista disse que o deputado Bernardino Certo veio relembrar os investimento feitos pela Câmara, e que a mesma mostra, nos seus boletins, obras que se arrastam desde 1987, como é o caso do Centro Cultural, da Junta de Freguesia e outras que constam do boletim como obras da Câmara, mas que na realidade são obras feitas por outras entidades como é o caso o Centro de Saúde e do Pavilhão da Escola Secundária. -----

-- O deputado Francisco Correia explicou que a elaboração do PPI funciona como “uma pescadinha de rabo na boca”: se o executivo não apresentasse sugestões para ele próprio tentar executar, seria acusado e em vez de incapacidade de gerir e inabilidade diriam que não teve capacidade de apresentar algo, mas se apresenta e não consegue concretizar grande parte delas é da mesma forma criticado. Há sempre uma razão qualquer para bater no Executivo. Quanto à falta de criatividade para gerir receitas por parte do executivo, o deputado questiona se organizar umas festas da Vila não é criatividade. Mas que, de facto, de nada vale esta criatividade se são cobradas taxas,

exigidas licenças, para que elas se possam realizar.-----

-- Levanta a questão de saber se uma repartição de Finanças na nossa Vila não seria um modo de gerar receitas, e afirma que há tempo sem fim se arrastam situações capazes de gerar receitas, como é o caso da quinta do Verdeal, um parque de lazer que prenderia aqui as pessoas que aqui deixariam o seu dinheiro. E lamenta que na nossa Vila seja sempre tudo tão difícil.-----

-- A deputada Helena Miguel interveio para contestar algumas inverdades que aqui foram ditas como é o caso da construção do Pavilhão da Escola Secundária que esteve 10 anos por construir. Disse que é verdade que o dinheiro veio do Estado, mas também é verdade que a Câmara assinou um protocolo para o construir e só depois receber o dinheiro.-----

-- O Presidente da Junta disse que é espantoso vir-se falar de grau de execução do Orçamento como argumento, e distribuiu aos deputados um exemplar das obras que constam em Plano da Câmara Municipal que se repetem desde 1997, entre as quais a ampliação/construção do Cemitério, a Rua de Paredes e tantas outras. -----

-- Quanto a inventar receitas: referiu que sempre que a Junta o tenta fazer tem a Câmara Municipal “à perna”, desde a cobrança de taxas e licenças, das mais caras do país, até à fiscalização da polícia municipal (nas Festas da Vila), ao caso da Esplanada que chegou até a ter uma queixa apresentada no IGAT; à apresentação de facturas da EDP em nome da Câmara Municipal para a Junta pagar, aos Outdoors publicitários. -----

-- A tesoureira da Junta, Elisabete Faria, explicou que as únicas verbas certas são as vindas do FFF e se tivessem entrado as verbas que era previsto receber da Câmara Municipal, o grau de execução orçamental seria de 82%. Se outros tivessem o rigor de cumprir com as suas responsabilidades, a Junta, de certeza absoluta, teria cumprido com o seu projecto. Posta à votação, a Conta de Gerência de 2006 foi aprovada por oito votos a favor do PSD e quatro votos contra do PS.-----

-- Ponto 4 da Ordem de Trabalhos - Inventário.-----

-- A tesoureira Elisabete Faria apresentou o Inventário que se anexa a esta acta (Doc.4) explicando que achou por bem entregar o mapa síntese do inventário já que o mapa de inventário é muito extenso. Disse também que este inventário está a ser trabalhado e actualizado, uma vez que de muitos dos bens existentes, sobretudo dos imóveis, não existe qualquer registo.-----

-- O deputado Bernardino Certo colocou algumas questões nomeadamente da diferença entre o valor apresentado o ano passado e o valor apresentado este ano. Questionou o

valor total do património da freguesia, perguntando se estará incluído o edifício da Junta, e o Centro Cultural. -----

-- O Presidente da Junta explicou que, durante anos, não se registou um único terreno ou edifício. Este tipo de trabalho tem custos elevados, requer um advogado, serviços, taxas de conservatória, etc. A lei obriga a que se apresente um inventário, e que, como disse a tesoureira da Junta, está em fase de actualização; há já alguns edifícios registados, como é o caso do antigo edifício dos Correios e a Junta está a preparar-se para fazer outros registos, que requerem tempo e disponibilidade que, neste momento, não é muita, da sua parte, pois que, como todos sabem, passou a exercer o mandato em regime de meio tempo, para reduzir despesas. Por tudo isto, não é possível apresentar valores exactos como seria a pretensão da Junta. -----

-- A Tesoureira, respondendo ao Sr. Bernardino Certo, disse que apresentou apenas um mapa síntese mas que ele poderia passar na Secretaria da Junta de Freguesia, como lhe compete, para aí ser esclarecido e, mesmo, ajudar com a sua experiência. -----

-- Posto à votação, o Inventário foi aprovado por oito votos a favor do PSD e quatro votos contra do PS. -----

-- Entrou-se de seguida no período de intervenção do público. -----

-- Interveio o Sr. Rafael Lopes para dizer que está escrito em acta que os custos com a transformação da ponte ferroviária de Caniços seriam suportado pela Refer e não pelas autarquias como se está a tentar impor. Quanto ao Cemitério, disse não estar de acordo que os mortos sejam sepultados de qualquer maneira, aliás os novos cemitérios estão já preparados para parques de lazer, dando como exemplo o cemitério da Povoia de Varzim. -----

-- Falou de seguida a Sr. Albertina que disse que se não houver lugar para os mortos no Cemitério que se enterrem na Quinta do Verdeal, que talvez assim não cheire tão mal e deixe de ser um depósito de lixo da Junta e da Câmara Municipal. -----

-- O jovem André disse que esta terra tem muita política, o que é uma vergonha. Disse também que o seu sonho é ser director do clube de futebol das Fontainhas. -----

-- O Presidente da Junta respondeu que a Ponte Ferroviária de Caniços já esteve a concurso mas que devem ter concluído que o valor era exagerado e tudo ficou parado até um dia. Quanto à imagem do Executivo, quer que fique bem claro que não está minimamente preocupado com a sua imagem e nunca pediu nada para si, tudo o que faz é para a boa imagem e para o benefício de Vila das Aves. Lamenta que quem está no poder há 25 anos tenha travado a luta dos Presidentes da Junta para tornar Santo Tirso

um concelho próspero.-----

-- Em resposta à D. Albertina, acha que ela fala com o coração porque sente na pele os problemas, já que não vive no centro de Vila das Aves. Disse, ainda, que a nossa Câmara não tem prioridades, nunca teve, só tem prioridades em ano de eleições. Afirmou que toda a gente ouviu a intervenção do vogal Joaquim Carneiro, que não é engenheiro mas fala com o coração, e que foi preciso muito esforço mesmo para o convencer a fazer parte deste projecto (da Junta), estando ele agora um homem desanimado, porque há muita gente que colabora com este tipo de situações; que os deputados, quando são eleitos, têm por obrigação vir para a Assembleia defender Vila das Aves e os seus interesses, mas alguns continuam “ a bater na mesma tecla”, na defesa dos interesses e da imagem do Sr. Presidente da Câmara.-----

-- Por mais nada haver a tratar, a presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada por quem a lavrou e pela Presidente.

